

ação cultural externa agenda pós-2015 água ajuda
humanitária e de emergência ajuda pública ao
desenvolvimento alavancagem alterações climáticas
ambiente APD apropriação atores bens públicos globais
CAD/OCDE Camões, IP capacitação capacitação
institucional CIC coerência comércio justo comunidade
concentração concertação político-diplomática **cooperação**
bilateral **cooperação multilateral** coordenação
crescimento económico crescimento verde democracia
desenvolvimento humano desenvolvimento rural
desenvolvimento sustentável diplomacia económica
direitos humanos doadores educação **educação para o**
desenvolvimento **Conceito** embaixadas
emprego energia **Estratégico** ensino profissional
erradicação da pobreza **da Cooperação**
espaço global espaço lusófono **Portuguesa** Estado de
direito Estados frágeis estratégia FCD financiamento **formação**
profissional fundações **Págs. 2/3** governação **igualdade de**
género inclusão social inovação investimento justiça **língua**
portuguesa medidas prioritárias migrações ministérios setoriais
MNE municípios **ODM ONGD** ONU países parceiros
PALOP parceiros partilha pilares estratégicos **pobreza**
política de cooperação política externa programas
projetos proteção social recursos naturais rede diplomática
refugiados **saúde** saúde sexual e reprodutiva segurança segurança
alimentar setor privado **sociedade civil** sul-sul sustentabilidade
voluntariado para a cooperação

Guiné-Bissau
tem escola
para surdos-
mudos

Pág. 2/3

PALOP/
Timor-Leste
Projeto para
consolidar
Estado de
Direito

Pág. 4

2ª edição
do mestrado
pan-
africano de
Interpretação
e Tradução

Pág. 4

Joana
Vasconcelos
e Vasco
Araújo
na exposição
Barroco,
em
Estocolmo

Pág. 4

Cooperação Portuguesa dotada de novo Conceito Estratégico

■ A Cooperação Portuguesa (CP) tem um novo documento orientador, aprovado por resolução do Conselho de Ministros de 25 de fevereiro de 2013. O *Conceito Estratégico da Cooperação Portuguesa 2014-2020* (CECP), que vem substituir documento de idêntico objetivo, de 2005, traça as novas linhas da política deste setor da política externa, tendo em atenção as alterações ocorridas na última década, tanto no plano nacional como internacional.

Na apresentação do documento a 13 de março ao Fórum da Cooperação para o Desenvolvimento (FCD), entidade consultiva que junta o Estado, representado pelo Camões – Instituto da Cooperação e da Língua (Camões, IP), e a sociedade civil, o Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e Cooperação, Luís Campos Ferreira, enunciou, entre as novas realidades que ditaram a elaboração do CECP, os desafios mundiais colocados pelo acesso aos bens públicos globais, as alterações climáticas, a sustentabilidade energética e a segurança alimentar.

Ainda no plano internacional, o surgimento de novos e dinâmicos «atores globais de diferente geometria de interesses e influências político-estratégicas», muitos deles ativos na cooperação sul-sul, veio também influenciar «cada vez mais, o enquadramento da ação dos governos, dos países doadores ou dos parceiros do desenvolvimento»,

segundo refere o CECP.

No campo bilateral, o governante registou igualmente as «importantes alterações em alguns dos países parceiros da Cooperação Portuguesa», que melhoraram os seus índices de desenvolvimento e de democracia e que desejam elevar o nível de parceria, com maior liderança, apropriação e partilha de responsabilidades.

No plano nacional, Campos Ferreira destacou a criação do Camões, IP – reunindo o Instituto Camões (IC) e o Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (IPAD), no âmbito do Plano Redução e Melhoria da Administração Pública (PREMAC) –, «que obedeceu a objetivos de ganhos de eficiência na política de cooperação, pretendendo também ter presente uma nova visão sinérgica das vertentes da língua portuguesa e da cooperação».

A evolução da arquitetura internacional de cooperação, «que apresenta novas políticas, atores, instrumentos e recursos», contribuiu também para a necessidade de reformular as linhas de orientação da CP. O documento refere o debate internacional sobre o tema, envolvendo os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM), e, mais recentemente, a Agenda para a Mudança da União Europeia, a Parceria Global para uma Cooperação para o Desenvolvimento Eficaz e o Novo Acordo para o Envolvimento Internacional em Estados Frágeis.

Da revisão em curso, no quadro da ONU, dos ODM e do financiamento ao desenvolvimento, em que Portugal participa, o CECP espera aliás «que venha a ser necessária certa reflexão, adequação e alinhamento» da CP às decisões que venham a ser acordadas.

CONCENTRAÇÃO GEOGRÁFICA E SETORIAL

Apresentando as linhas de continuidade da política de cooperação portuguesa, assente em 3 setores – Cooperação para o Desenvolvimento, Educação para o Desenvolvimento e Ajuda Humanitária e de Emergência –, o documento traz um conjunto de novidades, nomeadamente no primeiro daquelas setores, em que num dos seus dois eixos ('Desenvolvimento Humano e Bens Públicos Globais') surgem novas áreas de intervenção, «com destaque para o 'Crescimento Verde e a Energia', o 'Setor Privado' e o 'Desenvolvimento Rural'», que se vêm juntar às já existentes da 'Educação', 'Saúde' e 'Proteção e Inclusão Social'. No primeiro eixo da Cooperação para o Desenvolvimento, denominado 'Governança, Estado de Direito e Direitos Humanos', mantêm-se as áreas da 'Capacitação Institucional' e da 'Segurança e Desenvolvimento'. Uma área transversal a toda a CP é a 'Igualdade de Género', nos termos da *Estratégia da Cooperação Portuguesa para*

a *Igualdade de Género*, de 2011, documento acolhido pelo CECP, à semelhança, aliás, dos documentos já publicados de estratégia da cooperação para as áreas da Educação, Educação para o Desenvolvimento, Saúde e Cooperação Multilateral.

Além da concentração setorial, o CECP mantém também a concentração geográfica (Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa [PALOP] e Timor-Leste) da Cooperação Portuguesa, ao mesmo tempo que dá nova ênfase à coerência/coordenação dos seus parceiros e sublinha a importância de novos instrumentos de financiamento das políticas de cooperação.

Propõe-se, por outro lado, «valorizar os parceiros da CP, procurando adotar uma abordagem estratégica única nos países e setores prioritários, não diferenciando os atores estatais e os não-estatais, o público e o privado, e o lucrativo e o não-lucrativo». O documento lista entre os atores da cooperação, além do MNE/Camões, IP, os ministérios, o setor privado (associações empresariais e fundos e bancos regionais de desenvolvimento, referindo a nível nacional para a Sociedade Financeira para o Desenvolvimento – SOFID), as ONGD (organizações não-governamentais para o desenvolvimento), as fundações, os municípios, as universidades, os sindicatos e o voluntariado para a cooperação.

A publicação do CECP deverá vir a ser seguida de medidas legislativas que deem corpo, nomeadamente, ao papel, fixado no documento, de coordenação política da CP, ao mais alto nível, por parte da Comissão Interministerial para a Cooperação (CIC), a quem caberá «a aprovação anual dos planos de atividades da cooperação para o desenvolvimento dos ministérios setoriais», e ao parecer vinculativo sobre «os

Discussão pública

■ O *Conceito Estratégico da Cooperação Portuguesa* foi objeto de um período de discussão pública, que decorreu entre março de 2012 e dezembro de 2013, durante o qual foram auscultadas dezenas de entidades e ponderados mais de 30 contributos formalizados por escrito, remetidos pelas Embaixadas e Missões de Portugal nos PALOP, Timor-Leste e junto dos organismos multilaterais, ministérios setoriais e representantes do setor privado, Organizações Não-Governamentais para o Desenvolvimento, fundações, universidades, municípios e de outras entidades e personalidades de reconhecido mérito no setor da cooperação.

programas de cooperação para o desenvolvimento, financiados ou realizados pelo Estado, seus organismos e demais entidades públicas» por parte do Ministério dos Negócios Estrangeiros, através do Camões, IP, descrito no documento como «entidade de referência ao nível da condução da política de cooperação, bem como ao nível da supervisão, direção e coordenação dos parceiros».

As novas linhas de orientação, determinam, por outro lado, que o Camões, IP, delegue, «de forma gradual e progressiva, as responsabilidades de execução direta dos Programas, Projetos e Ações (PPA) nos parceiros da Cooperação Portuguesa, atendendo às suas vantagens comparativas, técnicas

Guiné-Bissau vai ter escola para surdos-mudos

■ As novas instalações da Escola Nacional de Surdos-Mudos da Guiné-Bissau foram entregues em março último à Associação dos Surdos-Mudos daquele país de língua oficial portuguesa.

Tratou-se de uma iniciativa concretizada no âmbito do da Rede de Proteção Social (RPS) da Guiné-Bissau, que integra 18 parceiros da sociedade civil guineense, e que tem um papel muito significativo na proteção de grupos sociais desfavorecidos e vulneráveis num país com um Estado frágil.

Através de um protocolo de financiamento, assinado em dezembro de 2010, entre o en-

tão Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social de Portugal (MTSS, atual Ministério da Solidariedade, do Emprego e da Segurança Social – MSESS), o Ministério da Mulher, Família, Coesão Social e Luta contra a Pobreza da Guiné-Bissau e a Associação de Surdos da Guiné-Bissau, a Cooperação Portuguesa (através do então MTSS) disponibilizou 1,033 milhões de euros para o financiamento integral da construção de raiz das instalações da Escola Nacional de Surdos.

A escola permite o acolhimento de crianças e jovens surdos dos 3 aos 17 anos, em regime de internato,

prioritariamente com residência fora de Bissau e/ou desprovidos de meio familiar adequado, e ainda, em regime de externato, adultos, jovens e crianças surdos, a partir dos 3 anos, de todas as regiões do país.

Educação pré-escolar, ensino regular da 1.ª à 6.ª classe e formação profissional em diferentes áreas são as valências previstas para a escola, que deverá fornecer refeições a utentes internos e externos e desenvolver atividades de promoção da comunidade surda.

O apetrechamento da Escola contou também com o apoio do IPAD (atual Camões, IP), através da doação de um gerador e de algumas dezenas de mesas e cadeiras para equipar as salas de aulas.

Igualmente através do MSESS, a Cooperação Portuguesa financiou com 231 mil euros a reabilitação e ampliação da Escola *Bengala Branca*, da Associação Guineense de Reabilitação e Integração dos Cegos (AGRICE). A entrega definitiva das obras de reabilitação e ampliação foi efetuada em março de 2013 e a escola encontra-se em pleno funcio-



Alunos da Escola Nacional de Surdos-Mudos da Guiné-Bissau na cerimónia de entrega das novas instalações

namento, sendo utilizada por mais de uma centena de alunos e por 13 professores. Com os melhoramentos realizados na escola, a AGRICE ficou com maior capacidade de apoiar, ao nível do ensino, as crianças e jovens guineenses com deficiências visuais.

Com estes apoios a um setor

muito particular da população escolar guineense (ensino especial, em que Portugal é o único parceiro), a Cooperação Portuguesa desempenha um papel abrangente no setor da educação, com projetos em todos os níveis de ensino (pré-escolar, básico, secundário,

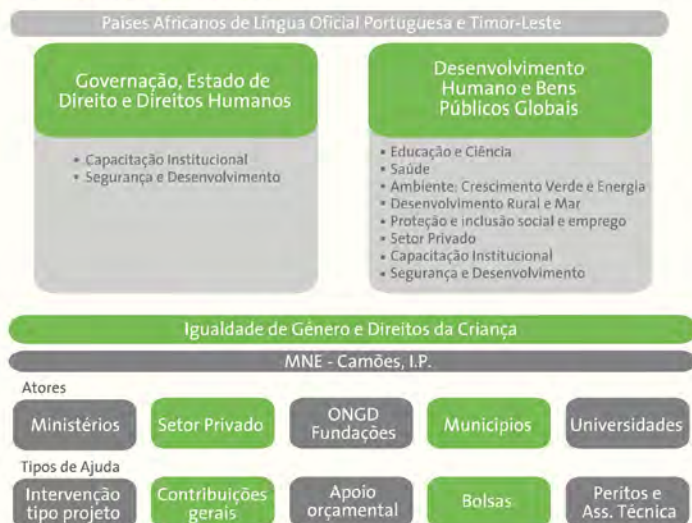
Objetivos

Erradicação da pobreza e desenvolvimento sustentável dos países parceiros

Princípios



Prioridades Geográficas e Setoriais



Síntese de Objetivos, Princípios e Prioridades da Cooperação Portuguesa

e/ou financeiras». Neste quadro, o documento de orientação pretende também «valorizar o papel das Embaixadas (...) no processo de identificação de prioridades, na tomada de decisão e no acompanhamento dos projetos», reforçando para tal

os meios ao dispor da CP junto das missões diplomáticas.

Ao Camões, IP, é ainda solicitado que apresente «à tutela um relatório anual com a caracterização do estado de implementação do Conceito [Estratégico], ficando igualmente

definido a realização de uma avaliação intercalar alargada após 2015». A avaliação e a prestação de contas pelos resultados alcançados e a incorporação de lições aprendidas são consideradas pelo documento, aliás, como importantes ferramentas de gestão e de planeamento.

MUDANÇA DE PARADIGMA

Em tempos de crise, que conjuntamente obriga a «reduzir a despesa pública, no quadro da Estratégia Consolidação Orçamental em curso», o CECP sublinha que «a Cooperação deve ser entendida como um investimento e não uma despesa, como desenvolvimento e não ajuda, que deve complementar e reforçar outras vertentes da política externa, nomeadamente a diplomacia económica e a ação cultural externa com vantagens mútuas».

Nos seus propósitos está assim «sensibilizar e informar a Sociedade Civil e os responsáveis políticos» para a sua importância, mostrando os benefícios desse investimento. «A Cooperação deve ser pensada e executada como um investimento nacional e de responsabilidade global».

Luís Campos Ferreira sublinhou, na sua intervenção no FCD, que «o tradicional paradigma de cooperação entre o país 'doador' e o 'recetor' evoluiu, em alguns países, para o estabelecimento de parcerias com benefícios mútuos que temos que potenciar».

Encarando o cumprimento da meta de 0,7% do Rendimento Nacional Bruto (RNB) para a Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD) até 2015, fixada ao nível da UE, como um «desafio», o documento defende «novas formas de trabalhar» que permitam uma «aproximação gradual e faseada» a esse objetivo e advoga que, a nível bilate-

Vetor chave da política externa portuguesa

Apresentado a 12 de março, em Lisboa, à Assembleia da República e à Comissão Interministerial para Cooperação (CIC), o *Conceito Estratégico da Cooperação Portuguesa* diz logo nas suas primeiras linhas que «a política de cooperação para o desenvolvimento é um vetor chave da política externa portuguesa», lembrando ainda que esta – que repousa em três pilares estratégicos: integração europeia, relação transatlântica e espaço lusófono – «assenta num consenso nacional alargado entre as principais forças políticas e a Sociedade Civil».

O documento indica que «face aos desafios económicos e financeiros internacionais, que também afetam inevitavelmente Portugal, a política externa tem que contribuir para projetar a imagem nacional e assumir-se como importante alavan-

ca do desenvolvimento económico e social do nosso país».

Neste quadro, a política de cooperação – é referido – tem como objetivo «a erradicação da pobreza e o desenvolvimento sustentável dos países parceiros, num contexto de respeito pelos direitos humanos, pela democracia e pelo Estado de direito», respondendo simultaneamente «aos interesses nacionais e aos objetivos e prioridades dos países parceiros».

A especificidade da Cooperação Portuguesa «assenta nos particulares laços culturais e afetivos comuns ao espaço lusófono», em que «a língua portuguesa, enquanto património comum e idioma global, tem um significativo potencial económico». «Os países lusófonos integram uma comunidade de 250 milhões de pessoas», «cuja influência política e económica é crescente» e que representa aproximadamente 4% do PIB mundial.

ral e multilateral, a cooperação «seja catalisadora de recursos domésticos e que contribua para a alavancagem de outras fontes de financiamento externas».

No financiamento da Cooperação, além daquele que a nível nacional tem origem no Orçamento de Estado, é referida a possibilidade de cofinanciamentos externos, designadamente, «de organismos internacionais, cooperação triangular, e de países parceiros da cooperação portuguesa», com «especial enfoque à alavancagem de recursos disponibilizados pela União Europeia», por via do quadro financeiro plurianual 2014-2020 e da execução, pelo Camões, IP, de

projetos no âmbito da Cooperação Delegada.

Em síntese, como referiu o Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e Cooperação, ao definir prioridades, quer no plano bilateral quer no plano multilateral, o CECP tem «como objetivo mobilizar os atores nacionais em torno de uma política de Cooperação, mais alinhada, mais instrumental e mais visível para os interesses nacionais, em articulação, com as prioridades dos países parceiros».

O *Conceito Estratégico da Cooperação Portuguesa* pode ser consultado em <https://www.instituto-camoes.pt/images/cooperacao/concestatratg1420.pdf>

superior e ensino especial).

A preocupação da Cooperação Portuguesa pelo ensino especial resulta de uma opção. Num país em que o Estado tem grande falta de meios e com tantos problemas ao nível da pobreza, da mortalidade maternoinfantil, da educação, da saúde, da justiça, «tem que se priorizar as prioridades». Ora, «os deficientes e os idosos estão completamente abandonados», até por questões culturais, explica Guilherme Zeverino, técnico superior do Camões, IP e adido para a Cooperação da Embaixada de Portugal em Bissau entre junho de 2006 a junho de 2013.

A AGRICE, tal como a Associação dos Surdos-Mudos, faz parte da RPS da Guiné-Bissau, que integra 18 parceiros da sociedade civil guineense e que é apoiada pela Cooperação Portuguesa. Segundo Guilherme Zeverino, entende-se por proteção social o conceito definido pela OIT, em que cabem todas ações de combate à pobreza e de proteção de grupos mais desfavorecidos.

REDE

A RPS, idêntica à existente noutros países, apresenta a peculiaridade de os executores e os beneficiários dos projetos desenvolvidos no seu âmbito serem todos da sociedade civil. No caso da Guiné-Bissau trata-se de Organizações Não-Governamentais (ONG) e diversas entidades de caráter religioso, explica o antigo adido, que durante um longo período coordenou localmente toda a cooperação de Portugal com a Guiné-Bissau, à exceção da cooperação militar.

A rede guineense, que compreende uma «reunião de parceiros», onde todas as estas entidades estão presentes e se ajudam mutuamente, cobre atividades que vão do microcrédito ao artesanato (recuperando tradições antigas), passando pelo apoio ao desenvolvimento de pequenos negócios pelas mulheres do leste da Guiné-Bissau e pelo ensino especial, refere Guilherme Zeverino.

O antigo adido sublinha ainda que «a rede nacional de proteção social é bastante 'ecuménica'», com isto querendo dizer que a rede compreende entre os seus mem-

bro missões católicas, missões evangélicas e ONG muçulmanas. Enquanto as primeiras têm uma forte intervenção na alfabetização e nos jardins-de-infância, as missões evangélicas são responsáveis por um dos grandes projetos da rede, o orfanato Casa Emanuel, em Bissau. Nele são acolhidas crianças órfãs, sobretudo de mãe, no momento do parto. A mortalidade maternoinfan-

til é muito elevada na Guiné-Bissau e os pais entregam muitas vezes as crianças ao orfanato, onde são educadas no sentido de se virem a tornar autónomas.

Com o golpe de Estado de abril de 2012, a cooperação institucional entre Portugal e Guiné-Bissau foi suspensa e, como consequência, o apoio à sociedade civil guineense foi reforçado, afirma Guilherme



Novo edifício da Escola Nacional de Surdos Mudos da Guiné-Bissau

Zeverino. A suspensão da cooperação institucional não impediu o prosseguimento dos projetos com as entidades da sociedade civil neles envolvidas. Foi o caso, por exemplo, do PAIPA-DC – Projeto de Apoio à Intensificação da Produção Alimentar – Desenvolvimento Comunitário, que decorre desde 2009. O trabalho passou a ser feito diretamente com as associações de produtores locais.

Já no último Programa Indicativo de Cooperação (PIC) entre Portugal e a Guiné-Bissau, terminado em 2010, pelo menos 30% do apoio do Estado português passou pela sociedade civil.

Presentemente, existem no terreno, nomeadamente nas áreas da educação e da saúde, seis ONG portuguesas, «algumas delas com uma carteira de projetos muito grande, como o Instituto Marquês de Vale Flor (IMVF)», ONG que também apoia da União Europeia (UE), adianta Guilherme Zeverino. Face ao contexto atual, também a UE tem canalizado fundos para a sociedade civil.

Exposição HABITA(T) em Luanda

■ **HABITA(T)** é a proposta de transgressão do «conceito de espaço físico e de ecossistema, definido pelas fronteiras que o limitam» que Inês Norton apresenta no Centro Cultural Português/Camões, IP, de Luanda até 9 de abril de 2014.

«Utilizando várias expressões artísticas, designadamente pintura, instalações e caixas de luz», a exposição da artista plástica «cria um percurso dentro de vários espaços que integram o seu universo». Numa época em que a consciência ecológica está na ordem do dia, **HABITA(T)** utiliza materiais nobres e renováveis como a madeira, que dão corpo aos vários 'habitats' que integram a exposição sob várias expressões artísticas.

Inês Norton, nascida em Lisboa, é licenciada em Design e Comunicação pelo IADE – Creative University com intercâmbio na PUC, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Frequentou a AR.CO, a Slade School of Fine Arts, em Londres, e a Maumaus - Escola de Artes Visuais. A artista conta com mais de uma dezena de exposições individuais e coletivas, na sua maioria em Lisboa. Em 2010, participou na Trienal de Luanda.

Joana Vasconcelos e Vasco Araújo na exposição Barroco, em Estocolmo



Perruque, 2012, Joana Vasconcelos Vinhático, ébano, latão banhado a ouro, goma laca, cera, cabelo sintético e natural, ferro, 298 x Ø 124 cm. Fundação Ricardo do Espírito Santo Silva, Lisboa. Obra produzida com a colaboração da Fundação Ricardo do Espírito Santo Silva, Lisboa

■ O que representa o Barroco no século XXI? Representará ainda, e à semelhança do movimento do século XVII, o absurdo, o excessivo, o extravagante, a ausência de limites? A partir de 5 de abril, a Kulturhuset Stadsteatern, de Estocolmo, dedica-se inteiramente ao tema.

Na exposição **Barroco**, uma colaboração entre a Kulturhuset Stadsteatern, de Estocolmo e o Museu Nacional da Suécia, reúnem-se as obras de arte internacionais representativas do Barroco contemporâneo.

A exposição revela as fortes ligações entre o Barroco e o nosso tempo: tal como no século XVII, trata-se de um mundo em mudança, do medo e do fascínio pelo desconhecido, pela religião, pelos ciclos de vida e identidade.

Os portugueses Joana Vasconcelos e Vasco Araújo estão entre os artistas plásticos contemporâneos participantes, juntamente John Coplans, Isaac Julien, Annika von Hausswolff, Pierre et Gilles, Toni Matelli, Ylva Oglund, Pierre Gonnord e Sam Taylor-Johnson. Do acervo do Museu Nacional são exibidas obras de Rembrandt van Rijn, El Greco, Jacob van Ruisdael, Gerrit Dou, Jan Davidsz de Heem, David Klöcker Ehrenstrahl, Georges de La Tour, Bartolomé Esteban Murillo, Francisco de Zurbarán e Frans Hals.

A exposição conta com o apoio institucional do Camões, IP.

Tiago Rodrigues no Festival Teatro Café



■ Uma leitura ensaiada da peça **Tristeza e Alegria na Vida das Girafas**, do dramaturgo Tiago Rodrigues, foi escolhida para o programa principal do Festival Teatro Café de Oslo, que se realiza de 25 a 27 de abril de 2014.

A programação do festival, que faz parte de uma rede de festivais que decorrem na Europa em 2014 e 2015, integra leituras ensaiadas de peças, bem como *performances* e uma série de debates e entrevistas.

O texto dramático foi traduzido para norueguês e a leitura ensaiada pelo Teatro Internacional de Oslo, a 26 de abril. Tiago Rodrigues é um dos dramaturgos convidados para uma das entrevistas que decorrerão em palco com dois autores alemães, a 25 de abril.

São objetivos do festival a difusão de dramaturgias contemporâneas junto de um público jovem, dar a conhecer aos produtores teatrais novos dramaturgos e novas dramaturgias e incentivar o debate sobre o teatro para crianças e jovens na Europa.

PALOP/Timor-Leste Projeto para consolidar o Estado de Direito

A União Europeia (UE) e o Camões – Instituto da Cooperação e da Língua, IP, assinaram a 13 de março de 2014, em Luanda, Angola, um acordo para a implementação do projeto *Apoio à Consolidação do Estado de Direito nos PALOP e Timor-Leste*, no âmbito da cooperação entre a UE e os países africanos de língua oficial portuguesa e Timor-Leste (PALOP/TL).

O objetivo do projeto, assinado no final da reunião que juntou em Luanda os Ordenadores Nacionais PALOP-TL/UE, pelo Vice-Presidente do Camões, IP, Paulo Nascimento, e pelo Diretor-Geral para a Cooperação e Desenvolvimento – EuropeAid, da Comissão Europeia, Fernando Frutuoso de Melo, é promover e apoiar políticas de boa governação nos PALOP/TL. Essas políticas incidem, em particular, em matéria de prevenção e combate ao branqueamento de capitais e criminalidade subjacente, com destaque para a corrupção e o tráfico de droga, crimes graves que constituem um obstáculo impor-



Projeto para consolidar Estado de Direito foi assinado em Luanda

tante à consolidação do Estado de Direito.

As atividades do projeto estão focadas na criação de um contexto jurídico e institucional consistente com as orientações e boas práticas internacionais, na melhoria da estrutura organizativa, procedimentos, métodos de trabalho e capacidades humanas das instituições, bem como no reforço da coordenação e cooperação a nível nacional, regional e internacional, entre autoridades dos PALOP/TL com responsabilidades nas áreas de intervenção do projeto.

2ª edição do mestrado pan-africano de Interpretação e Tradução

■ A Universidade Pedagógica de Moçambique (UPM), apoiada pelo Camões, IP, e pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (FLUL), participa desde fevereiro passado na 2ª edição do Mestrado Pan-africano em Interpretação de Conferências e Tradução (PAMCIT).

O PAMCIT (*Pan-African Master in Conference Interpretation and Translation*) é um mestrado que está a ser desenvolvido por 5 universidades do continente (Nairobi [Quênia], Cairo [Egito], Buea [Camarões], Acra [Gana] e Universidade Pedagógica de Moçambique, com sede em Maputo). A 1ª edição decorreu em 2012-2013 e a 2ª tem lugar este ano e no próximo.

O mestrado, destinado a capacitar intérpretes e tradutores para as organizações internacionais em África nas línguas inglesa, francesa e portuguesa, é apoiado pela Direção-geral de Interpretação da Comissão Europeia (DG SCIC), Direção-geral de Interpretação do Parlamento Europeu (DG Inte) e Gabinete das Nações Unidas em Nairobi (UNON).

O apoio do Camões, IP, à UPM na área da Interpretação é efetuado no quadro de um protocolo tripartido, assinado em 2009, envolvendo

também a FLUL, e cuja renovação estava prevista para a cimeira entre Portugal e Moçambique, em Maputo, a 26-27 de março. A instituição do ensino superior português dá o seu apoio científico e técnico – nomeadamente enviando docentes – aos dois mestrados existentes na universidade moçambicana, um de Tradução e outro de Interpretação, em cuja 1ª edição concluíram a sua formação 11 tradutores e 15 intérpretes.

A 2ª edição dos mestrados tem 16 alunos na Interpretação (curso iniciado em fevereiro), selecionados com a participação das três instituições envolvidas e a assessoria da DG SCIC. O mestrado de Tradução tinha o seu início previsto para março e a ele concorreram 15 candidatos.

Todos os alunos dos primeiros mestrados de Interpretação da UPM encontraram colocação em instituições africanas e internacionais, mostrando a «grande empregabilidade» destes cursos especializados de capacitação a nível superior e o potencial da UPM para se tornar «um centro de excelência» para a língua portuguesa na região da África Austral. No ano passado, intérpretes destes cursos acompanharam a visita do Presidente da Comissão Europeia, José Manuel Durão Barroso, a Moçambique.

Os mestrados da UPM, que para o efeito se dotou do material necessário, nomeadamente cabines de tradução, têm como objetivo reforçar as condições para o alargamento do uso

A identificação destas atividades contou com a participação das instituições parceiras com responsabilidades nas áreas específicas da prevenção e combate ao branqueamento de capitais, à corrupção e ao tráfico de droga, quer portugueses quer dos PALOP/TL, fundamentais para o sucesso do projeto (Justiça, Finanças, Interior, Tribunais de Contas, Bancos Centrais) e fundamentou-se na prioridade das temáticas para a construção do Estado de Direito, tendo presente as mais-valias de Portugal neste quadro.

O projeto tem um valor global de 8,4 milhões de euros, sendo 7 milhões provenientes do Fundo Europeu de Desenvolvimento (FED) e os restantes 1,4 milhões de euros do Camões, IP, no qual foi delegada a implementação do projeto.

Em declarações à Agência Lusa, Paulo Nascimento afirmou em Luanda que o Camões, IP, foi convidado para fazer a gestão de projetos financiados pela União Europeia. «O Camões, IP, enquanto entidade certificada para fazer gestão de programas de cooperação da União Europeia em terceiros países, foi convidado a fazer a execução de alguns desses projetos, que serão desenvolvidos em parceria com entidades técnicas portuguesas», indicou Paulo Nascimento, que deu como exemplo os ministérios da Justiça e da Administração Interna e o Banco Portugal.

do idioma português nas instâncias internacionais.

O português é a língua oficial de diversas organizações internacionais africanas, quer continentais, como a União Africana, quer regionais, como a Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC) e a Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (ECOWAS). E a sua adoção como idioma oficial pelo sistema das Nações Unidas tem sido defendida pelos Estados membros da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP).

No âmbito do PAMCIT, algumas universidades africanas têm informalmente manifestado interesse na introdução da língua portuguesa nas combinações de Interpretação. A DG SCIC está entretanto a tentar obter um financiamento europeu de 5 milhões de euros para o PAMCIT.



Camões, IP

Av. da Liberdade, n.º 270
1250-149 Lisboa
TEL. 351+213 109 100

FAX. 351+213 143 987
www.instituto-camoes.pt
jencarte@camoes.mne.pt

PRESIDENTE Ana Paula Laborinho
COORDENAÇÃO Paula Saraiva
COLABORAÇÃO Carlos Lobato